

Arsenal de leis para reagir ao crime

Senado prepara ofensiva visando reforçar o arcabouço legal que trata da segurança pública como resposta às ações do crime organizado em São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul

Bruno Miranda/Folha Imagem



Policial observa ônibus incendiado por bandidos em São Paulo: rebeliões em presídios e ataques a policiais, delegacias, postos e veículos tiveram início na sexta-feira

O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou para hoje reunião com delegados e secretários de Segurança de todo o país para discutir a reação à onda de violência. Renan também deve se encontrar com os líderes partidários em busca de respostas rápidas ao que ele considerou “um atentado contra o Estado de direito”. A Comissão de Constituição e Justiça foi convocada por Antonio Carlos Magalhães para examinar a votação de leis de aplicação imediata. Tramitam no Senado 30 projetos sobre segurança pública, assunto que centralizou os debates de ontem no Plenário. **Páginas 3 a 7**

Fotos: Rosewell Pinheiro



Renan promove reuniões em busca de respostas rápidas



Antonio Carlos Magalhães realiza hoje debate na Comissão de Justiça



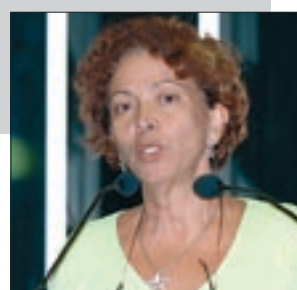
Para Virgílio, governo federal deve liderar combate ao crime



Agripino cobra recursos e revisão do Código de Processo Penal



Jucá adverte que leis em vigor dificultam ação da Justiça



Ideli: crise exige a superação das diferenças partidárias

CPI dos Bingos pode convocar hoje o banqueiro Daniel Dantas

Presidente do Opportunity acusou Lula e autoridades de serem detentores de contas bancárias no exterior. **Página 8**

Facilitar o deslocamento de visitantes e servidores com dificuldade de locomoção é preocupação constante da Casa



Comissões de funcionários discutem com especialistas medidas para garantir inclusão

Senado quer tornar suas instalações mais acessíveis a deficiente

Duas comissões de funcionários do Senado – a de Valorização da Pessoa com Deficiência e a Especial de Acessibilidade – realizaram reunião ontem com especialistas do chamado turismo acessível, que apresentaram sugestões de ações que o Senado pode adotar para garantir a inclusão dos deficientes que visitam, trabalham ou participam de atividades nas dependências da Casa.

O encontro contou com a presença de Denilson Nalin, da Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais (Avape), e de Cristiane Fornazieri, da Cidadão Eficiente – entidade que objetiva melhorar a qualidade de vida dos portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida.

A Comissão de Valorização da Pessoa com Deficiência foi

criada em dezembro de 2005 e já realizou várias ações destinadas a beneficiar os deficientes, como a aquisição de triciclos motorizados para facilitar o deslocamento de visitantes com dificuldades de locomoção, a compra de equipamentos para edição de livros em braile e a construção de uma audioteca.

A Comissão de Valorização está concluindo censo para saber quantos servidores do Senado – incluindo o Prodasen e a Gráfica – possuem limitação física. O trabalho norteará decisões administrativas, como a delimitação de vagas para portadores de deficiência nos estacionamentos.

A Comissão Especial de Acessibilidade já fez obras em prol dos deficientes, como reforma nos banheiros e construção de rampas.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário busca destrancar pauta de votações

Às 14h, os senadores retomam a discussão de medidas provisórias que trancam a pauta. Entre elas estão a que reajusta em 8% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, a que isenta os rendimentos de títulos públicos adquiridos por estrangeiros e a que libera verbas para o Ministério dos Transportes.

Dia de debates sobre a crise da agricultura

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), os governadores, produtores e trabalhadores rurais discutem as dificuldades financeiras e estruturais do setor agropecuário brasileiro com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, às 9h. Está prevista manifestação em frente ao Congresso.



Indicações para o Banco Central e audiência sobre o mínimo

Às 10h, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa as indicações de Mário Magalhães Mesquita e de Paulo Vieira da Cunha para assumir diretorias do Banco Central. Às 14h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) discute o reajuste do salário mínimo com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, e com os presidentes da Central Única de Trabalhadores (CUT), João Felício, e da Força Sindical, Paulo Pereira.

Situação da Varig é discutida em reunião conjunta

A crise da Varig vai ser tema de nova audiência em reunião conjunta de quatro comissões do Senado, às 10h. A companhia aérea tem uma dívida estimada em R\$ 9 bilhões e quer apoio do governo para evitar a falência. Estão previstas as participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Demian Fiocca; do secretário de Previdência Complementar, Adacir Reis; do liquidante do fundo da Varig Aerus; do reestruturador empresarial do grupo; e de um representante dos funcionários da empresa.

Ministro fala da nacionalização do gás pela Bolívia

O ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, e o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, discutem, às 9h30, na Comissão de Relações Exteriores (CRE), os impactos, na economia brasileira, da nacionalização do petróleo, do gás natural e de derivados pela Bolívia. A decisão boliviana compromete investimentos da Petrobras e tem gerado dificuldades diplomáticas entre os dois países.



Crimes de informática

Às 11h, a Comissão de Educação (CE) examina três propostas que tipificam os crimes de informática (PLSs 76/00, 137/00 e 89/03). Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) pode votar proposta que estende a clientes antigos as facilidades e promoções oferecidas por empresas para atrair novos clientes.

CPI pode convocar Daniel Dantas

A CPI dos Bingos promove, às 11h, reunião administrativa para analisar a convocação do dono do Opportunity, Daniel Dantas, autor de novas denúncias contra o governo do PT. Às 15h, a CPI da Emigração Ilegal decide sobre a ida de uma missão aos EUA para investigar o desaparecimento da brasileira Carla Vicentini.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores João Alberto Souza, Gilvam Borges, Alberto Silva e Alvaro Dias e pela senadora Serys Slhessarenko



Com pronunciamentos de vários senadores, Plenário repudia a violência em São Paulo. Hoje, Comissão de Justiça examina propostas

Senado prepara ofensiva legal contra o crime organizado

Diante da megaoperação montada pela organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) no estado de São Paulo, no último fim de semana, em que foram mortas mais de 80 pessoas em cerca de 180 ataques, o Senado Federal prepara uma ofensiva para reforçar o arcabouço legal que trata da segurança pública. A violência foi ontem a tônica de praticamente todos os pronunciamentos na tribuna.

O presidente da Casa, senador Renan Calheiros, marcou para hoje uma reunião com delegados de polícia e secretários de Segurança de todo o país para tratar do problema. Renan ainda convocou reunião com os líderes

partidários, na qual serão discutidas alternativas para dar respostas rápidas ao que ele considerou “um atentado contra o Estado de direito”.

Também hoje, deverá se reunir, para tratar do mesmo assunto, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), convocada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), presidente do órgão. De acordo com o parlamentar, a sociedade pode esperar uma “resposta forte e juridicamente perfeita”.

Já tramitam na Casa cerca de 30 matérias que tratam do assun-

to segurança pública. Uma das mais importantes delas, o PLS 118/02, dispõe justamente sobre as organizações criminosas, os meios de obtenção de prova, os

procedimentos criminais e o regime especial de cumprimento de pena dos líderes dessas organizações. De autoria da extinta Comissão Mista de Segurança Pública, integrada por

senadores e deputados, o projeto tramita na CCJ.

No que diz respeito à pena, recentemente o Senado aprovou projeto do senador Demostenes Torres (PFL-GO) que visa evitar

que os condenados por crimes hediondos ganhem direito a progressão para regime mais brando em tempo mais curto, usufruindo dos mesmos benefícios assegurados a indivíduos julgados por crimes tidos como mais leves (PLS 48/06). Demostenes aguarda apreciação de uma outra proposta de sua autoria, que institui o regime penitenciário de segurança máxima (PLS 179/05).

Ainda em destaque, há proposta de emenda à Constituição do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que sugere a reestruturação dos órgãos do setor e vincula o Fundo Nacional de Segurança Pública a recursos provenientes de impostos federais, estaduais e

municipais (PEC 21/05).

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) manifestou a mesma preocupação na PEC 60/05, que define percentual mínimo da receita de impostos a ser obrigatoriamente aplicado em ações de segurança pública pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

Também aguarda apreciação o projeto de lei que trata do chamado Sistema Nacional Antidrogas (PLS 115/02). Da Comissão Mista de Segurança Pública, a matéria, relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), trata da prevenção e da repressão aos crimes relacionados ao tráfico, bem como do tratamento às suas vítimas.

Ações atentam contra o Estado de direito, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a ação da bandidagem, que já resultou em mais de 80 mortes em São Paulo, é mais do que um atentado contra os profissionais de segurança e a população civil.

– É um atentado contra o Estado de direito, e isso os poderes constituídos e as instituições não podem aceitar – disse o senador.

Renan também afirmou que o Legislativo fará tudo que estiver a seu alcance para dar respostas rápidas a essa situação. Ex-ministro da Justiça, o presidente do Senado é autor de dois projetos destinados a sanar dificuldades na área de segurança pública.

Propostas

Tramitam no Senado as duas propostas legislativas de autoria do presidente da Casa – uma que institui financiamento habitacional para policiais e outra que determina a aplicação, pelo governo, de um percentual mínimo da receita de impostos em ações de segurança pública.

O primeiro projeto (PLS 220/03) encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e cria o Programa de Subsídio Habitacional para Policiais Militares e Cíveis, com recursos a serem operacionalizados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central.



Propostas de Renan destinam-se a sanar dificuldades na área de segurança pública

Além dos integrantes das polícias Civil e Militar, estão incluídos os corpos de bombeiros militares.

Para a execução do programa, a União será autorizada a emitir títulos públicos federais, devendo ato do ministro da Fazenda definir as características desses títulos. Na justificativa do projeto, Renan diz que lhe chamou a atenção matéria da BBC de Londres, lida por ele na internet, informando que policiais brasileiros que moram em favelas escondem a profissão.

Segundo o presidente do Senado, isso acontece porque o conhecimento da atividade de segurança por algum delinquente vizinho de policiais pode levar esses agentes e até suas famílias à morte. O senador argumenta que, em áreas de comércio de drogas, há casos até de policiais que vivem sob a vigilância dos

marginais, impedidos inclusive de usar seus telefones residenciais.

– São esses policiais, atemorizados e vizinhos de bandidos, que saem às ruas em defesa da sociedade. Não podemos desconhecer esse quadro, de forma que ações devem ser adotadas no sentido de se amenizar o problema de moradia dos policiais, gerando novos estímulos para esses homens que são responsáveis pela tranquilidade nas ruas das cidades brasileiras – ressalta.

A outra iniciativa do senador, que aguarda votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), é a PEC 60/05, que define percentual mínimo das receitas de impostos a serem obrigatoriamente aplicadas em ações de segurança pública pela União, estados, Distrito Federal e municípios.

O presidente do Senado lembra que, particularmente nos maiores centros urbanos do país, há um grande número de jovens e adultos excluídos, sem emprego e com poucas perspectivas, desassistidos pelo poder público até em suas mais elementares necessidades e aspirações, como saúde, moradia, educação e segurança.

– Tal quadro facilita e estimula a ação de grupos criminosos, que, não raro, substituem o Estado em algumas áreas das metrópoles.



Agripino espera que seja liberada verba para fundo de segurança

Agripino cobra revisão do Código de Processo Penal

Os recentes episódios de violência registrados em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná levaram o líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), a cobrar em Plenário a liberação dos recursos programados no Fundo Nacional de Segurança Pública e a revisão de dispositivos do Código de Processo Penal (CPP). Na opinião do senador, essa é a resposta que deveria ser dada pelo Congresso frente à atual crise no aparato de segurança.

Ao mesmo tempo em que assinalou a contribuição esperada do Legislativo,

Agripino não poupou críticas ao governo Luiz Inácio Lula da Silva por ter reduzido os investimentos em segurança pública entre 2004 e 2005. Essa redução situou-se em 11%, caindo os gastos de R\$ 533 milhões para R\$ 475 milhões no período. O pefelista também condenou a queda de 28% nas verbas federais destinadas ao Fundo Nacional de Segurança nesse biênio. As liberações passaram de R\$ 380,8 milhões para R\$ 275,8 milhões.

– Isso leva a crer que segurança não é prioridade no atual governo – afirmou. Embora tenha elogiado a iniciativa do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de oferecer ajuda federal ao governo de São Paulo no combate à violência, o senador considerou que melhor seria se as ações previstas no Plano Nacional de Segurança tivessem sido cumpridas dentro do prazo. Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) sustentou não ser possível transigir com a ilegalidade. Já o senador Sibá Machado (PT-AC) defendeu a parceria entre estados e a União no combate a essas ações criminosas.



Para ACM, Congresso tem obrigação de dotar o país de legislação mais adequada às novas modalidades de crimes que vêm proliferando

Gilvam diz que falta vontade política em São Paulo e no Brasil

“Ou o Estado se ergue para cumprir o seu dever, ou é melhor o presidente da República, o governador e o prefeito de São Paulo pedirem licença ou renunciarem.” A afirmação é de Gilvam Borges (PMDB-AP), que disse ter ficado estarelecido com a violência presenciada em municípios de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná nos últimos dias.

Na avaliação do senador, o Brasil tem capacidade operacional e possui recursos intelectuais e humanos para resolver o problema da segurança pública. Porém, a seu ver, falta vontade política. Gilvam Borges lembrou que a Itália, com a operação Mãos Limpas, e Nova York, com o plano Tolerância Zero, obtiveram sucesso no combate à criminalidade.

– Nesses dois casos houve planejamento, trabalho de inteligência e ações efetivas para resolver o problema. No Brasil, o período em que o senador João Alberto governou o Maranhão poderia servir como exemplo. A criminalidade caiu a quase zero.

Em aparte, João Alberto (PMDB-MA) disse que, hoje, “os bandidos estão soltos enquanto os cidadãos permanecem presos”, cercados por muros e portões em suas casas.



Gilvam sugere renúncia de governantes caso a insegurança continue

Senadores reúnem-se na CCJ para discutir leis contra a violência

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), convocou os integrantes da comissão e outros senadores para uma reunião de urgência que discutirá hoje leis de aplicação imediata objetivando reduzir a violência e a criminalidade no Brasil.

Antonio Carlos argumentou que a sociedade está preocupada com os acontecimentos violentos comandados por presidiários de São Paulo. Para o presidente da CCJ, o Congresso tem também responsabilidade pelo que está ocorrendo, já que é sua obrigação unir oposição e governo para dotar o país de uma legislação mais adequada às novas modalidades de crimes que vêm proliferando.

– Se esta Casa não apresentar



ACM convoca reunião para buscar medidas urgentes contra criminalidade

medidas importantes contra o crime, não passará no teste de 1º de outubro, pois quem vê as cenas que estamos vendo e fica indiferente não merece de jeito algum voltar a representar o povo brasileiro – disse em Plenário.

O senador afirmou acreditar que a tendência é que os ataques

desferidos pelo crime organizado contra as instituições, sobretudo as policiais, espalhem-se pela maior parte dos estados brasileiros. Ele pediu ao governador paulista, Cláudio Lembo, que envie mensagem à Assembleia Legislativa determinando que as viúvas ou a família dos policiais assassinados recebam pensão no valor do dobro do salário deles.

Em aparte, Ney Suassuna (PMDB-PB) lamentou que hoje em dia se fale muito em direitos humanos “dos bandidos”, enquanto os civis e policiais assassinados são esquecidos. Já Romeu Tuma (PFL-SP) pediu aos policiais de todo o país que usem luto para que os governos se sintam pressionados e ofereçam melhores condições de trabalho para a categoria.



Alvaro prevê que revoltas e protestos poderão ocorrer também no meio rural

dificuldades estariam provocando “um novo êxodo rural”.

– A violência já existe nas ações dos trabalhadores sem-terra, mas pode haver uma insubordinação civil dos pequenos e médios proprietários rurais sufocados pela crise – advertiu Alvaro, que pediu uma “proposta de salvação” por parte dos bancos oficiais antes que o problema se agrave.

Alvaro pede interação do governo com os estados para conter crise

O líder da Minoria, Alvaro Dias (PSDB-PR), atribuiu à incompetência e ao descaso do governo federal os recentes ataques de presidiários ocorridos em São Paulo e estados vizinhos.

– O governo não tem postura de liderança nesse processo. Caberia a ele coordenar as ações, envolvendo todas as unidades federativas e estabelecendo a interação necessária para maximizar os recursos, que são escassos.

Como exemplo, Alvaro apontou o contingenciamento de verbas em 2005 dos fundos que financiam ações de combate à criminalidade, como o Fundo Nacional de Segurança Pública

(queda de 29% no Orçamento em relação a 2004), o Fundo Penitenciário Nacional (redução de R\$ 55 milhões em relação ao ano anterior) e o Fundo Nacional de Combate às Drogas (dos R\$ 16 milhões previstos para 2006, o governo teria utilizado pouco mais de R\$ 700 mil nos primeiros quatro meses deste ano).

Violência no campo

O senador também alertou para o risco de que estoure uma onda de violência no campo em razão do endividamento dos pequenos agricultores. Para ele, a crise na agricultura pode chegar às cidades até 2007 caso o governo não providencie socorro, pois as



João Alberto cumprimenta responsáveis por Encontro do Corredor Centro-Norte

Para João Alberto, criminalidade se combate com dureza

O senador João Alberto (PMDB-MA) disse que, quando foi governador do Maranhão (em 1990 e 1991), afugentou os criminosos do estado por meio de um “governo duro”. A avaliação que fez da política de segurança durante a sua gestão foi provocada por elogio dirigido a ele por Gilvam Borges (PMDB-AP) em discurso sobre os ataques do crime organizado à Polícia de São Paulo.

João Alberto também cumprimentou os responsáveis pelo 13º Encontro do Corredor Centro-Norte, que ocorre hoje e amanhã, em São Luís. O evento é uma promoção da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema) e da Agência de Desenvolvimento do Corredor Centro-Norte (Adecon). Líderes políticos e gestores públicos de Mato Grosso, Pará, Goiás, Piauí, Tocantins e Maranhão debaterão temas relativos ao desenvolvimento socioeconômico das regiões Centro-Oeste e Norte: logística para o agronegócio; armazenagem estratégica de grãos; multimodalidade no corredor e novos investimentos da Companhia Vale do Rio Doce; consolidação do Porto de Itaqui; e as hidrovias, entre outros assuntos.

Plano de segurança e ações integradas, as sugestões de César Borges

Para enfrentar o crime organizado não só em São Paulo, mas em todo o Brasil, é preciso que o governo federal adote um plano de segurança nacional, com ações unificadas e permanentes envolvendo União, estados e municípios. A opinião é do senador César Borges (PFL-BA), que,

em entrevista à Agência Senado, afirmou que o atual governo nada fez na área de segurança.

César Borges avalia que essa omissão federal permitiu que a violência chegasse a uma situação extrema em alguns estados brasileiros, a exemplo de São Paulo, que nos últimos dias vem

sofrendo o que muitos especialistas têm classificado como uma verdadeira guerrilha urbana.

– Essa é uma questão nacional e não estadual. Mas o governo Lula tem-se ausentado dessa questão. Assim, o que se verifica é que o crime organizado está se institucionalizando com mais

força do que o poder constituído, colocado em xeque – destacou.

Para o senador, de nada adianta o governo federal interferir neste momento, colocando tropas do Exército e a Polícia Federal para combater a violência em São Paulo, sem o planejamento de uma ação integrada.



“Essa é uma questão nacional, e não estadual”, afirma César Borges



Governistas e oposicionistas concordam com a necessidade de unir esforços para enfrentar a criminalidade e a onda de violência

Ideli: diferenças partidárias devem ser minimizadas para combater o crime

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), apelou aos parlamentares para que as diferenças partidárias sejam deixadas de lado e os governos federal e de São Paulo, bem como de outros estados atingidos pela violência, unam forças para combater as ações do crime organizado.

Ideli considera os últimos aconte-

cimentos em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná “gravíssimos”. Para a senadora, o cidadão comum começa a indagar quem estaria no comando da situação, se o Estado ou o crime organizado, em particular o Primeiro Comando da Capital (PCC).

Ideli avalia não ser apropriado discutir, no momento, quem teria

investido menos em segurança pública, se o governo estadual ou o federal. A senadora destacou parcerias bem-sucedidas na área de segurança pública entre o governo federal e os governos do Espírito Santo e de Minas Gerais. O primeiro, por ocasião da morte do juiz Alexandre de Castro Filho, em 2003, e o segundo durante

greve dos policiais militares em Minas Gerais.

A senadora citou estudo do cientista político Márcio Porchman, segundo o qual regiões atingidas por programas sociais do governo apresentaram índices de criminalidade inferiores à área em que as populações não eram beneficiadas.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Ideli destaca parcerias bem-sucedidas entre governo federal e estados



Suassuna espera que suas propostas possam agora ser aprovadas

Suassuna faz a defesa de seus projetos

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) mencionou ontem uma série de idéias destinadas a combater o crime e a violência. As propostas fazem parte de projetos apresentados por ele à Casa. O parlamentar paraibano também elogiou a decisão do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), de reunir a comissão em caráter de urgência para examinar projetos relacionados com a segurança pública.

– A crise não é só em São Paulo. Ela ocorre em todo o país – advertiu o senador.

Ney Suassuna disse que suas propostas tratam da punição a menores infratores reincidentes com mais de 16 anos; criação de presídios agrícolas; indisponibilidade de bens para quem lava dinheiro; transferência de presídio para os bandidos ligados a quadrilhas; federalização de crimes; punição mais severa para crimes contra idosos, crianças, deficientes e turistas; e prisão perpétua.

– Infelizmente, meus projetos não foram adiante. Espero que agora possam ser aproveitados – afirmou Suassuna.

Legislação dificulta as ações contra bandidos, adverte Jucá

Em nome do governo, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), vice-líder no Senado, afirmou que a Força Nacional de Segurança, a Polícia Federal e até o Exército estão à disposição para ajudar a combater os atentados criminosos dos últimos dias, desde que os estados façam a solicitação. O senador também criticou a atual legislação contra o crime organizado.

– Há demora de meses para se recolher um preso perigoso a uma solitária, há celulares à vontade nos presídios, há bandido sendo liberado à vontade. Não é possível que se continue com essa legislação. O Congresso tem de dar



Jucá aponta “demora de meses para se recolher um preso a uma solitária”

toda cobertura legal necessária para que o Judiciário aja com mais rigor e que o Executivo atue – disse.

Depois de afirmar que “o gover-

no condena os atos de violência e não se intimidará”, Romero Jucá apoiou a decisão do presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), de convocar reunião de emergência para hoje, a fim de discutir que projetos podem ser acelerados para ajudar a desbaratar o crime organizado.

– O governo federal vai agir em todas as frentes para que se possa dar resposta à altura à nação. Não se trata de uma questão de São Paulo, Paraná ou Mato Grosso do Sul. Trata-se de uma emergência para a volta à normalidade, ao respeito às instituições – ponderou.

Governo federal precisa assumir funções de coordenação, diz Virgílio

Ao comentar as ações criminosas lideradas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) no estado de São Paulo, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou ontem que “não há como combater o crime organizado que está lastreado no tráfico de drogas e de armas sem que o governo federal assuma funções de comando, coordenação e liderança”.

Arthur Virgílio citou como exemplo os Estados Unidos. Segundo o parlamentar amazonense, “não há federação mais forte que a desse país; no entanto, o combate ao crime organizado nos Estados Unidos tem nas instâncias federais, como o Federal

Bureau of Investigation (FBI) e o Drug Enforcement Administration (DEA), sua matriz de responsabilidade”.

Sobre o apoio oferecido pelo presidente da República e o ministro da Justiça ao governo paulista, o líder do PSDB no Senado disse que considera “válido que seja aceito”, mas ressaltou que “o governo federal não pode passar a idéia de que não tem nada a ver com isso, como se estivesse simplesmente oferecendo um apoio magnânimo”.

Apesar dessa ressalva, o senador concordou com as declarações da líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), a qual defendeu que as rivalidades partidárias



Arthur Virgílio observa que “é o Brasil inteiro que tem de dar uma resposta”

sejam afastadas e que o governo federal e o do estado de São Paulo unam forças para combater as ações criminosas lideradas pelo PCC.

– Quem tem de derrotar o crime organizado não é o PT nem o PSDB. Ideli tem toda razão. É o Brasil inteiro que tem de dar uma resposta – declarou Arthur Virgílio.

Heráclito cobra a construção dos presídios

Ao comentar os quase 200 ataques de bandidos a policiais, ônibus e agências bancárias em São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) ressaltou a necessidade de uma ação conjunta entre União, estados e municípios para diminuir a violência no Brasil e cobrou a construção dos presídios federais de segurança máxima que haviam sido prometidos no começo do atual governo.

Heráclito lembrou que os primeiros complexos penais seriam construídos no Piauí, com a condição de que o estado recebesse o presidiário Fernandinho Beira-Mar, o que acabou não ocorrendo em razão dos protestos dos parlamentares piauienses, que alertavam para a inconveniência de ter Beira-Mar no estado.

– Fui acusado de ter impedido a construção dos presídios no Piauí, fazendo com que os projetos fossem para outro estado. Mas estamos a seis meses do fim do governo e nenhuma penitenciária de segurança máxima foi construída no Brasil – afirmou Heráclito.



“Nenhuma penitenciária de segurança máxima foi construída”, afirma Heráclito



Parlamentares sugerem medidas de prevenção e de combate à violência, como investimentos sociais e mudanças na legislação

Para Demostenes, presos devem fazer exame criminológico ao final da pena

Demostenes Torres (PFL-GO) criticou o governo por ter se oposto, em 2003, a parte do projeto de reforma da Lei de Execução Penal (Lei 10.792/03), enviado ao Congresso pelo próprio Poder Executivo, que previa, entre outras medidas, a realização de exame criminológico para decidir se o preso deveria ou não ser solto

após o cumprimento da pena. O Senado aprovou a medida, que foi retirada do texto na Câmara.

O senador explicou que, de acordo com o projeto, uma vez cumprido o prazo para progressão do regime fechado para o aberto, o preso seria submetido ao exame, no qual uma comissão de médicos e psicólogos iria analisar

se ele estaria em condições de ser reinserido na sociedade.

– Como ficou a lei, apenas com um atestado de bom comportamento carcerário o preso é liberado – afirmou.

Segundo Demostenes, estudos demonstraram que os crimes acontecem, principalmente, porque os criminosos confiam na

impunidade, e a solução estaria no combate à corrupção dentro dos presídios com a criação de um sistema de inteligência para controle de drogas, de uso de celulares, entre outras providências; maior monitoramento das organizações criminosas; reorganização policial e adequação do aparelho judicial.



Roosevelt Pinheiro

Demostenes: exame deveria ter sido incluído em 2003 na Lei de Execução Penal

“Omissão de anos e anos dos políticos” revolta Cristovam

Ontem, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que passou o dia em São Paulo e constatou o clima na cidade após a onda de violência, revelou que, mais do que o resultado do fogo e das agressões, o que lhe chamou atenção foi a omissão de anos e anos dos políticos que dirigiram o país. Ele também criticou o presidente Lula, “que nem sequer convocou o Conselho de Defesa Nacional ou ocupou cadeia de rádio e TV para alertar que o Brasil está vivendo uma guerra civil”.

– É natural a raiva que sentimos desses bandidos que estão seqüestrando o país inteiro e que estão puxando o gatilho para matar policiais. Temos que pô-los na cadeia. Mas a arma não chegou na mão do bandido por ela própria, nem apenas por iniciativa dele. Chegou por omissão do governo



Cristovam lamenta que Lula nem tenha convocado o Conselho de Defesa Nacional

quando aquelas pessoas nasceram, foram crianças, cresceram, ficaram adolescentes, adultas e se fizeram bandidos – observou Cristovam Buarque.

Na avaliação do senador pelo Distrito Federal, “quem produz o criminoso não é seu pai ou sua mãe, mas a sociedade, que se transformou em uma fábrica de

criminalidade”. Cristovam afirmou que os bandidos têm que ser postos na cadeia imediatamente, mas que somente isso não resolve. O governo tem que investir em educação de qualidade para que as futuras gerações tenham pelo menos uma chance de não se transformar em criminosos.

Em aparte, o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) opinou que as atitudes tomadas pelos governantes não estão condizentes com a gravidade do momento. Ele afirmou que o presidente Lula, em vez de comentar que o problema é decorrente da questão social, deveria ter apresentado soluções concretas. Da mesma forma, o senador potiguar discordou da declaração do governador de São Paulo, Cláudio Lembo, que recusou ajuda federal para combater a onda de violência.



Alberto Silva diz que cada preso deve ter sua própria cela e ficar incomunicável

Alberto Silva defende legislação de emergência

Ao comentar as ações criminosas lideradas pelo Primeiro Comando da Capital (PCC), Alberto Silva (PMDB-PI) afirmou que o país necessita de uma legislação de emergência para enfrentar a violência e a criminalidade.

Heloísa: Estado deve adotar criança antes que tráfico o faça

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) fez um apelo para que o combate à criminalidade se faça com três ações simultâneas: aparelhamento das forças de segurança pública, garantia de punição para os criminosos e mais investimentos sociais.

– O Estado precisa adotar os meninos e as meninas antes que o tráfico e a prostituição o façam – assinalou.

Heloísa Helena ressaltou, no entanto, que o tráfico de drogas não pode ser visto como um crime exclusivo das pessoas mais pobres, pois envolve também pessoas ricas e poderosas.

Para combater o problema, ela sugeriu melhores salários

O senador ressaltou que a superlotação de cadeias é um dos principais problemas evidenciados pelas rebeliões comandadas pelo PCC.

– Nesses locais não há espaço para viver. Os presos deixam de ser humanos para se tornarem feras – comentou Alberto Silva.

Ele destacou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne hoje para discutir a elaboração de leis de aplicação imediata.

Alberto Silva declarou ainda que enviará ao governador do estado de São Paulo um projeto de penitenciária em que cada preso tem sua própria cela e, segundo ele, na qual é impossível que os encarcerados se comuniquem com pessoas que estejam fora da prisão. O parlamentar disse que uma penitenciária assim foi construída por ele quando governou o Piauí (1987-1991).



Moreira Mariz

Heloísa Helena apela por ações sociais e melhorias nas forças de segurança pública

para os policiais e investimentos em tecnologia, para assegurar o trabalho dos agentes e garantir a segurança deles.

Reforma nos presídios foi outra medida mencionada pela senadora.

– O sistema penitenciário não pode mais ser uma estrutura onde as pessoas são jogadas para serem violentadas em sua dignidade e se tornarem instrumentos do crime organizado – argumentou.

Tuma sugere que Polícia Federal atue contra violência

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lamentou as mortes de policiais ocorridas no estado de São Paulo durante o fim de semana em decorrência das rebeliões nos presídios e atentados perpetrados pelo crime organizado. Ele responsabilizou as autoridades governamentais pelo fato, sustentou a necessidade de uma ampla mudança na política de segurança para o país e defendeu a atuação da Polícia Federal no combate às ações de violência em São Paulo.

Em seu discurso, o parlamentar também se referiu a reportagem



Tuma contesta reportagem que inclui seu nome em suposta lista de Daniel Dantas

publicada pela revista *Veja* desta semana, que inclui seu nome em uma suposta lista obtida junto

ao banqueiro Daniel Dantas, do Banco Opportunity, que detalharia nomes de autoridades e integrantes do governo com contas no exterior.

Para o senador Romero Jucá (PMDB-RR), que defendeu Tuma em Plenário, a lista de *Veja* parece mais uma lista tipo “Dossiê Cayman”. Conforme sugeriu, a lista seria tão vazia quanto o famoso documento que teria incriminado o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e integrantes do PSDB em 1999, sem que o crime tenha sido provado até hoje.

Roosevelt Pinheiro



Senadores apontam fragilidades na área de segurança pública e propõem ações para combate ao crime

Magno Malta pede ações para combater crime organizado

O senador Magno Malta (PL-ES) defende o estabelecimento de medidas de exceção para desbaratar as organizações criminosas que estão, segundo ele, aterrorizando o país. Em entrevista à Agência Senado, ele propôs, entre as ações que devem ser urgentemente adotadas, na área carcerária, a proibição de visitas íntimas a membros de facções criminosas e a presença obrigatória de um policial federal durante as passagens dos advogados pelas celas dos condenados por envolvimento em crime organizado e narcotráfico.

O senador pede que as medidas de exceção sejam examinadas e sugeridas por uma comissão especial do Congresso – sugestão que, segundo ele, irá levar ao presidente do Senado, Renan Calheiros. Na oportunidade, Magno Malta também deverá apelar a Renan para que seja acolhida outra proposta de sua iniciativa, destinada à criação de uma comissão permanente de segurança pública.

Malta declarou-se a favor de que modificações na Constituição a fim de ser admitida a prisão perpétua para delitos dessa natureza. O senador afirmou que vai propor a realização de uma consulta popular à sociedade sobre a remoção do princípio constitucional que veda a pena de prisão perpétua. Essa é uma das cláusulas introduzidas na Carta Magna pelos constituintes de 1988, como lembra o parlamentar.

O senador ressaltou que há muito tempo vem advertindo sobre o risco de eclosão de quadros de violência como o que está ocorrendo em São Paulo.



Malta sugere fim das visitas íntimas e policiais federais junto a advogados

Sociedade civil deve cobrar soluções contra a violência, afirma Simon

Ao comentar, ontem, os ataques que vêm ocorrendo desde a última sexta-feira, particularmente em São Paulo, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse à Agência Senado que a sociedade civil deve organizar-se e iniciar um movimento contra a violência. Na opinião do parlamentar, o Executivo e o Congresso Nacional não têm credibilidade junto à população para tratar das questões que levam os brasileiros à criminalidade.

– A sociedade civil deveria levantar-se, fazer um grande comitê e começar a fazer uma série de atos públicos em todo o Brasil em defesa da ética, da moral, da dignidade e contra a violência. A sociedade é que tem que assumir o comando – salientou Simon.



A sociedade é que tem que assumir o comando, sustenta Pedro Simon

Entre as possíveis causas que levaram aos atos criminosos no fim de semana, o senador destacou a situação de miséria em que grande parte do povo brasileiro se encontra, o empobrecimento da classe média, a tristeza e a falta de

confiança, por parte da sociedade, nos governantes.

– São vários motivos: há uma parcela do nosso povo que vive às margens da pobreza; a classe média hoje se vê desempregada e não sabe o que fazer da vida; e a mágoa, o ressentimento, a falta de confiança das pessoas. Foi no governo Fernando Henrique, agora é no do Lula; roubo no Congresso e em todo lugar; vigarice, escândalos; os valores éticos e morais estão esquecidos – lamentou Simon.

O senador confessou estar abalado com essas ações criminosas e salientou que não se lembra de nenhum momento da história do Brasil em que tenha ocorrido tamanha violência.



Momento exige firmeza de todos os Poderes, ressalta Paulo Paim

evitar a decomposição estrutural da sociedade – enfatizou Paim.

O senador avalia que uma eventual interferência do Exército poderia ser importante momentaneamente. No entanto, destacou, é preciso trabalhar nas causas.

– O Exército pode jogar água e apagar o incêndio, mas ficam as brasas, que podem reacender a qualquer momento – observou Paulo Paim.

Atentados mostram que sistema de segurança está falido, diz Paim

Os atentados, especialmente em São Paulo, contra policiais, delegacias, ônibus e bancos demonstram que a segurança do Estado brasileiro está falida, não só naquela unidade da Federação, mas em todas elas. Essa é a opinião do senador Paulo Paim (PT-RS), que, em entrevista ontem à Agência Senado, alertou ainda sobre a necessidade urgente de se organizar seminário, se possível já na próxima semana, para refletir sobre as causas da violência no Brasil e discutir possíveis soluções.

Para o senador, o momento exige firmeza, não apenas por parte do Executivo, mas de todos os Poderes, que devem avaliar os motivos da violência brasileira

e, juntos, encontrar soluções. Paim sugeriu que especialistas de outros países sejam convidados a apresentar as experiências internacionais bem-sucedidas na área de segurança pública.

Esses atentados também sinalizam às autoridades, disse o senador, que a estrutura social está decompondo-se. Fatores como desemprego e má distribuição da renda no país, salientou, ou favorecem a manutenção de pessoas na marginalidade, ou contribuem para levar novos brasileiros a ingressar no crime organizado.

– É preciso rever o sistema de segurança brasileiro e decidir o que fazer nesta situação. O momento é de firmeza e de se encontrar respostas sólidas para



Jonas Pinheiro cita simpósio no Senado e encontro de 12 governadores com Lula

Jonas Pinheiro destaca mobilização de agricultores

A crise enfrentada pela agropecuária brasileira deve mobilizar o Congresso Nacional hoje. Às 9h, parlamentares, produtores rurais, governadores e representantes do governo federal estarão reunidos em um simpósio, no Auditório Petrônio Portella, no Senado, para debater o assunto. O anúncio foi feito ontem em Plenário pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que denunciou prejuízos de R\$ 500 por hectare no plantio de soja.

Jonas Pinheiro considerou um avanço as medidas já anunciadas pelo ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, em benefício dos produtores rurais. Nesse rol, destacou o apoio à comercialização da safra de soja; a aquisição de produtos agropecuários pelo governo federal, como milho e feijão; e a reestruturação do programa FAT-Giro Rural para liberação de R\$ 2,3 bilhões, destinados à renegociação de dívidas das duas últimas safras.

Apesar desse esforço, o senador diz que é necessário prosseguir com as negociações entre governo federal e produtores rurais. Um passo nesse sentido poderá ser dado hoje, às 14h30, na audiência de 12 governadores com o presidente Lula. Na lista de reivindicações, Jonas Pinheiro destacou a implantação de uma política de proteção de preços, a redução do valor do diesel para o setor, a viabilização do seguro rural e a melhoria da logística de transporte de produtos agropecuários.

– Rogo ao governo federal que agilize as medidas que os produtores rurais tanto pedem para que eles possam ganhar mais fôlego e resistir a dificuldades – afirmou.

Em apartes, Garibaldi Alves (PMDB-RN) ressaltou a expectativa dos agricultores do Nordeste com a renegociação das dívidas rurais, enquanto Romeu Tuma (PFL-SP) deu seu testemunho sobre o desespero dos agricultores, que estariam destruindo o próprio patrimônio para chamar atenção para seus problemas.

Exposições trazem fotos de Lisboa e a arte sacra de Cuzco

Duas exposições foram abertas à visitação pública ontem no Congresso Nacional. A primeira é uma mostra fotográfica promovida pelo Instituto Camões e permanece na Senado Galeria até 1º de junho. A exposição *Lisboa em X, em Y, em Z*, do fotógrafo paulista Cristiano Mas-

caro, tem 37 painéis fotográficos em preto-e-branco retratando a arquitetura da capital lusitana. No ano passado, a exposição integrou o *Foto Arte 2005 – Brasília: Capital da Fotografia*.

Já *Arte Sacra Cusquenha* traz 24 telas com temas sacros pintadas no melhor estilo barroco

rococó, em molduras de cedro. Essa é a quinta vez que o pintor e escultor peruano Edgar de La Veja, junto com sua sobrinha, Mabel de La Vega, apresenta seu trabalho no Congresso. A mostra permanece no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima até esta sexta-feira.



Tourinho cita como exemplo a não duplicação do trecho baiano da BR-101

Governo federal discrimina a Bahia, afirma Tourinho

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) acusou o governo federal de discriminar o estado da Bahia com relação à destinação de recursos para conservação de rodovias federais. Citando matéria publicada no jornal *Tribuna da Bahia*, baseada em dados da revista *Quatro Rodas*, Tourinho destacou que metade da quilometragem das rodovias brasileiras em péssima situação de conservação está localizada em seu estado.

Na avaliação do senador, a falta de projeto de duplicação para o trecho baiano da BR-101, ao contrário do que ocorre em outros segmentos da rodovia no país, seria uma prova da discriminação do governo federal.

— A BR-101 está com projeto de duplicação até a fronteira com a Bahia. Aí pula a Bahia, onde não há projeto — disse.

Sarney defende Papaléo Paes das acusações de *IstoÉ*

José Sarney (PMDB-AP) defendeu ontem, da tribuna, o senador Papaléo Paes (PSDB-AP) de acusações veiculadas em reportagem da revista *IstoÉ* sobre contrabando de urânio enriquecido no Amapá. Sarney disse atestar a honestidade e a honradez de Papaléo e ponderou que o autor da matéria confundiu uma gravação contendo a voz de Papaléo com outras gravações usadas para ilustrar a reportagem.

Sarney explicou que a voz de Papaléo aparece numa fita interferindo em um processo de requisição de licença sem vencimentos por dois anos de um funcionário do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o que caracterizou um cruzamento equivocado de informações.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) reforçou a defesa feita por Sarney e sugeriu que a revista esclareça o erro na sua próxima edição.

Tuma, Antonio Carlos e Virgílio defendem depoimento do banqueiro. Para Garibaldi, convocação pode atrasar relatório final da comissão e Ideli considera oitiva desnecessária

CPI dos Bingos examina pedido de convocação de Daniel Dantas

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou ontem requerimento à CPI dos Bingos no qual pede a convocação do banqueiro Daniel Dantas para prestar depoimento. A comissão realiza hoje reunião administrativa para votação de requerimentos e a convocação do banqueiro poderá ser apreciada pelos senadores.

Dantas, que é diretor-presidente do banco Opportunity, afirmou à revista *Veja* que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os ex-ministros José Dirceu e Antonio Palocci, o chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Luiz Gushiken, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o diretor da Polícia Federal (PF), Paulo Fernando da Costa Lacerda, e o senador Romeu Tuma seriam detentores de contas bancárias em paraísos fiscais. Tuma rechaçou as acusações e disse que pediu à PF a abertura imediata de inquérito para apurar o teor da matéria publicada por *Veja*.

Célio Azevedo



Integrantes da CPI decidem se querem ouvir o banqueiro sobre denúncias feitas à *Veja*

O relator da CPI dos Bingos, Garibaldi Alves (PMDB-RN), frisou ser contra a abertura, dentro da comissão, de uma nova linha de investigação em torno das denúncias de Daniel Dantas. Para Garibaldi, o mais importante para a comissão neste momento é finalizar o relatório que, na sua opinião, deve ser apresentado e discutido antes do início da Copa do Mundo. Conforme explicou, as novas denúncias podem ser investigadas por outras instân-

cias e, entre elas, citou a PF e o Ministério Público.

Em Plenário, o relator posicionou-se contra a convocação do banqueiro, mas disse que apresentou requerimento à CPI sugerindo a convocação da irmã e sócia de Dantas, Verônica Valente Dantas. Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), o banqueiro e sua irmã devem ser convocados. Já a líder do PT, Ideli Salvatti (PT-SC), considera os depoimentos desnecessários.

ACM: banqueiro deve ser punido caso não prove denúncia

Depois de ler resposta do diretor de redação da *Veja* à reação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre reportagem publicada pela revista revelando uma lista de supostas contas que autoridades petistas mantiveram no exterior, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) defendeu a convocação imediata do banqueiro Daniel Dantas pela CPI dos Bingos. Ele quer que Dantas seja punido por infâmia se não provar o que disse ao semanário.

A lista publicada por *Veja* aponta um saldo de US\$ 38,5 mil em uma conta que o presidente Lula manteria no exterior. Outros titulares de créditos bancários fora do país seriam os ex-ministros José Dirceu e Antonio Palocci.

— Daniel Dantas tem que provar o que disse ou pagar o preço da infâmia. Se ele provar, temos que botar Lula para fora da presidência da República — afirmou Antonio Carlos.

Ideli quer Ministério Público à frente da investigação

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (PT-SC), manifestou ontem posição contrária à convocação do banqueiro Daniel Dantas para depor na CPI dos Bingos. Para a senadora, o fato de Dantas ter sido ouvido pela CPI dos Correios e ter seu nome no relatório final da comissão encaminhado ao Ministério Público tornaria desnecessária a convocação.

— O Ministério Público tem todas as condições, inclusive neste momento pré-eleitoral tão acirrado, de, com muito mais imparcialidade, fazer a investigação devida — disse.

Na avaliação de Ideli, o objetivo de Dantas em divulgar uma lista de autoridades com supostas contas em paraísos fiscais seria influenciar a Justiça americana a proferir decisão favorável em processo movido pelo Citibank contra o banco Opportunity.

“Se ele confirmar, é o fim do mundo” diz Arthur Virgílio

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que não encampa as informações, atribuídas ao banqueiro Daniel Dantas, publicadas por *Veja*, de que o presidente Lula e outras autoridades teriam contas bancárias no exterior. No entanto, disse que quer ouvir Dantas.

— Se é mentira, Daniel Dantas deve pagar. Se confirmar, é o fim do mundo — ressaltou.

O senador quer também ouvir a irmã do banqueiro, Verônica Dantas, por sua informação à Justiça norte-americana de que o presidente Lula e dois ex-ministros teriam tentado extorquir dinheiro em troca de facilidades no governo.

No mesmo pronunciamento, Virgílio cumprimentou a Comunicação Social do Senado pelo lançamento de página na internet, com informações em inglês e espanhol sobre as atividades da Casa.



Sementes para união do Cone Sul foram lançadas há mais de cem anos, diz Maciel

Maciel lembra trajetória do Mercosul e da União Européia

Marco Maciel (PFL-PE) lembrou ontem, em Plenário, as trajetórias das áreas de livre comércio da Europa (União Européia) e do Cone Sul (Mercosul). O senador registrou que a Europa iniciou as celebrações pelo cinquentenário do Tratado de Roma, que deu origem à Comunidade Econômica Européia, atual União Européia.

O senador informou que a primeira tentativa de unificação da Europa ocorreu em 1944, com a criação do Benelux, acordo aduaneiro entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1951, o Tratado de Paris previa a instituição da Comunidade Européia do Carvão e do Aço, que agregava França, Alemanha e Itália ao Benelux.

Em 1959, afirmou, o Reino Unido constituiu uma associação de livre comércio com a Áustria, Dinamarca, Suécia, Noruega, Suíça e Portugal. Logo depois aderiram Finlândia, Islândia e Liechtenstein. Em 1961, todos associaram-se ao Tratado de Roma, que em 1957 constitui a Comunidade Econômica Européia. Hoje, destacou Maciel, a União Européia engloba 25 países.

História

Já o Mercosul, ressaltou Maciel, teve suas primeiras sementes há mais de cem anos com o Barão do Rio Branco. Em 1944, acrescentou, os chanceleres brasileiro (Oswaldo Aranha) e argentino (Enrique Ruiz Guiñazu) propuseram uma União Aduaneira entre os países do Cone Sul. Em 1986, os presidentes José Sarney (Brasil) e Raúl Alfonsín (Argentina) assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento.

Já Carlos Menem e Fernando Collor, lembrou Maciel, assinaram em 1990 a Ata de Buenos Aires. E, em 1991, foi assinado, em Assunção, Paraguai, o tratado que criou o Mercado Comum do Sul (Mercosul), entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, que enfrenta no momento “a mais grave crise de sua vida”, na opinião do senador.